

Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Mafra - CMDIM	ATA DE REUNIÃO	Folhas: 02
--	-----------------------	------------

1. Identificação			
Data	20/03/2023		
Horário início	14h	Horário término	15h
Local	Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas)		
Participantes	Eliane de Fátima Chaves Bergamini, Andreia Gaudêncio Rauen Nardo, Araci Turchen Makohin (Secretaria de Assistência Social e Habitação); Juliana Karolina Nasato (38º Batalhão de Polícia Militar de Mafra); Clenice Borba Rodrigues, Joseane Gelowat, (Delegacia de Polícia Civil de Mafra); Giselle Alessandra Mehl Cordeiro (Clube Soroptimista Internacional de Rio Negro); Liliane da Silva Gomes da Rocha, Patrícia Gaio (Ordem dos Advogados do Brasil) Valéria Grossl Gonçalves (Secretaria Municipal de Saúde); Maike Sheila Tschoeke Steidel (CRESS 12ª Região Planalto Norte); Celina Dittrich Vieira (Prefeitura Municipal).		

2. Pauta
Deliberações sobre a Casa Abrigo para Mulheres vítimas de violência doméstica.

3. Discussão
<p>No dia 20 do mês de março de 2023, às 14h, reuniram-se as conselheiras acima nomeadas e demais participantes convidadas, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) para reunião extraordinária. A presidente Valéria Grossl Gonçalves abriu a reunião explicando a necessidade da convocação diante da informação de que o processo para construção da Casa Abrigo para abrigar mulheres vítimas de violência doméstica está paralisado, devido a retenção da verba. Valéria passou a palavra para a vice-prefeita Celina Dittrich Vieira, a qual fez um breve histórico da luta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Mafra para a instalação da Casa Abrigo no município. Destacou que se trata de um sonho antigo do CMDIM, porém distante na época devido à falta de dinheiro e local. Que o projeto voltou para a pauta no ano de 2019, quando o delegado da Polícia Civil, Alan Pinheiro de Paula, disponibilizou o imóvel na Av. Prof. Frederico Heyse, que era usado como depósito da Delegacia. Lembrou que com o imóvel disponível, a Dr. Liliane da Silva Gomes da Rocha, representante da OAB no Conselho, contatou a deputada estadual Paulinha, a qual sempre apoiou as causas femininas, na tentativa de angariar verba para reforma da casa. Que ainda naquele ano, a referida deputada esteve em Mafra, em um evento na Universidade do Contestado, e foi aproveitado o ensejo para agendar uma reunião com ela e algumas representantes do Conselho. Celina recordou que de pronto a deputada se disponibilizou a conseguir uma verba para a reforma do imóvel e solicitou um projeto. Que em seguida foi realizada uma vistoria por engenheiros no imóvel e constatado que o mais indicado seria a demolição e a construção de uma nova casa. Que houve uma segunda reunião com a deputada no município de Bombinhas para tratar do assunto. Celina expôs que a Prefeitura de Mafra elaborou o projeto da</p>

Casa e abriu licitação para a sua construção, tendo inclusive a empresa ganhadora do certame já assinado o contrato. No entanto, devido à demora nos trâmites estaduais para liberação do imóvel cedido pela Polícia Civil, o Executivo decidiu, junto ao CMDIM, que disponibilizaria um imóvel da Prefeitura para não correr o risco de perder a verba parlamentar. Segundo a vice-prefeita, a verba já estava garantida, contudo, com a mudança do governo estadual neste ano de 2023, não houve parcelas liberadas. Pelo motivo exposto, Dra. Celina sugeriu que a OAB intervenha, solicitando uma reunião por meio da presidente da OAB Estadual, Cláudia Prudêncio com o Executivo Estadual. Propôs formar uma comitiva para se reunir com o governador do Estado e explicar a importância da Casa Abrigo para a região e desta forma obter a liberação do dinheiro para início da construção da obra. Liliane enfatizou que o projeto da Casa prevê o atendimento de vítimas da região – Mafra, Itaiópolis, Papanduva e Monte Castelo. A representante da Polícia Militar, Juliana K. Nasato, levantou a possibilidade de convidar representantes do Executivo dos demais municípios para formar a comitiva. Celina apontou que contatar os demais municípios poderia atrasar ainda mais todo o processo, o que foi concordado pelas demais conselheiras. A vice-prefeita mencionou a importância de todas as entidades que formam o Conselho na comitiva, mas destacou que é imprescindível a presença da Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação, representantes da OAB, da Polícia Militar e Polícia Civil. Sugeriu ainda que a reunião fosse marcada via ofício emitido pela OAB Estadual. Liliane também sugeriu que a reunião poderia ser intermediada pela deputada Paulinha, uma vez que se trata de verba parlamentar desta, e afirmou que entraria em contato. Patrícia Gaio (OAB) certificou que se necessário entrará em contato com a presidente da OAB Santa Catarina, Cláudia Prudêncio. As representantes da Polícia Civil, Clénice Borba Rodrigues e Joseane Gelowat, se comprometeram a levar a pauta para o delegado da DPCAMI e verificar a possibilidade de sua participação na Comitiva. Assim como a representante da Polícia Militar afirmou que averiguaria a possibilidade do comandante do 38ºBPM participar, ou solicitar a participação da comandante regional na reunião. Ficou ainda definido que as informações seguintes acerca do tratado serão compartilhadas e discutidas no grupo do aplicativo WhatsApp do CMDIM. Nada mais havendo a tratar, a presidente agradeceu a presença das conselheiras e encerrou os trabalhos.